

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA,
EM 07-7-2021.

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dezessete horas e dezesseis minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Reginete Bispo. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registrou presença Roberto Robaina. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Leonel Radde, Moisés Barboza e Pablo Melo. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 011 e 013/21, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 008, 137, 149 e 158/21 e o Projeto de Lei do Executivo nº 013/21, discutido por Reginete Bispo, Jonas Reis, Karen Santos, Claudio Janta e Matheus Gomes. Às dezoito horas e dez minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Os trabalhos foram suspensos das dezoito horas e onze minutos às dezenove horas e sete minutos, para a realização de reunião conjunta de comissões permanentes. Às dezenove horas e oito minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito a Diretoria Legislativa que proceda à verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, tinta e quatro Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente, boa tarde colegas vereadores e vereadoras e todo o público que nos assiste. Tivemos um debate extremamente acalorado nos últimos minutos, e eu lembro alguns detalhes. Em primeiro lugar, quero dizer que, infelizmente, aquele colega da Brigada Militar que foi ferido

naquela ação do Tatu, na verdade os problemas que ele teve em decorrência não tiveram relação com a agressão; ele tem uma doença autoimune, e se hoje ele passa por sérias dificuldades, é justamente pela política que retira os direitos dos servidores públicos do nosso País. Ele inclusive teve que pedir recursos para fazer o tratamento no exterior, o que foi negado pelo IPE aqui no Estado. É muito triste utilizar casos de policiais para fazer campanha política nesta Casa.

Também lembro que vandalismo é o que vem acontecendo nesse País com 520 mil mortes, com desvio de vacinas, superfaturamento, corrupção perpetrada pelo governo Bolsonaro. Isso, sim, é vandalismo. Vandalismo que custou milhares de vidas. Os cálculos nos trazem aproximadamente 350 mil mortes que poderiam ter sido evitadas se Bolsonaro não tivesse negado a vacina para fazer acordos espúrios, para se favorecer, favorecer a sua família e aliados no superfaturamento da compra de vacinas. Prevaricador, criminoso Bolsonaro, que inclusive estará entre nós, infelizmente, no próximo sábado. Eu sugiro que a EPTC e a Brigada Militar façam o acompanhamento criterioso, porque em absolutamente todos os lugares que Bolsonaro passou, ele cometeu diversos delitos de trânsito, usando capacete irregular, muitas vezes nem capacete utilizando, e tudo isso vai passando batido. O homem da ordem, da moral, dos bons costumes. No discurso, porque na prática é só agressão à jornalistas mulheres, é só discurso de violência, palavrões. Esse é o homem que ia trazer a ordem para o País. O País quebrado, sem vacina, e agora não sei o que querem comemorar no próximo sábado, se é a gasolina a R\$ 6,00, se é o desemprego a 15%, se é a inflação galopante. Não sei nem se o pessoal das motos aí... Bom, se bem que a maioria ali é rico, deve ser aquele 1% que quer pegar sua moto para sair junto com o presidente genocida, miliciano, que inclusive agora está sendo investigado de forma muito clara nas rachadinhas. Não é rachadinha. Rachadinha é termo leve; é peculato, é ladrão de dinheiro público, esse é o Bolsonaro que estará dando volta de motinho aqui no Rio Grande do Sul, na grande Porto Alegre. Parabéns! Estou falando do Bolsonaro mesmo, Mauro, seu partido inclusive deve estar lá envolvido no desvio de recursos de vacinas: PL, base aliada, a gente sabe como é. Engraçado que já virou agora o discurso: cada um que se responsabilize pelo seu partido, pela sua corrupção. Eu jamais imaginei que neste País teríamos, durante uma pandemia, na compra da vacina, corrupção perpetrada pela base do governo Bolsonaro e inclusive com o apoio dele. E esperamos, de fato, que esse vandalismo contra a vida dos brasileiros acabe, que esse populismo se utilizando das forças de segurança acabe e que nós tenhamos, no sábado, um controle dos órgãos de segurança e fiscalização de trânsito para que as irregularidades e crimes cometidos pelo Bolsonaro e por seus apoiadores sejam observados e responsabilizados. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, e todos que nos acompanham. Em primeiro lugar, quero fazer um esclarecimento sobre o embate acalorado que foi travado aqui na Câmara. Recebi algumas mensagens no WhatsApp, através do grupo Malucos do Bem, alguns telespectadores não entenderam o que aconteceu, Ver. Mauro Pinheiro, Ver.^a Bruna e Ver. Idenir Cecchim, sobre a questão das vereadoras afrodescendentes, negras, que tivemos aqui na Câmara, e que o Ver. Cassiá Carpes falou tão brilhantemente. Apenas para explicar: a discussão acalorada é porque houve um erro numa plataforma, um portal muito famoso chamado The Intercept, dizendo, numa reportagem, que a então pré-candidata ou possível pré-candidata Karen, nossa colega, seria a primeira vereadora negra eleita da capital, e o Ver. Cassiá veio aqui e disse: “Não é verdade!”, apenas isso, e registrou com as fotos das galerias das vereadoras mulheres a existência de, há duas décadas, vereadoras negras, se não me engano, apenas para que a história não seja apagada, a história de luta dessas vereadoras Saraí e Nega Diaba, e por isso tomou aquela proporção de discussão. Não foi do nada, gente. Então só para fazer esse esclarecimento. Foi um momento que a gente está aqui até para pedir que a plataforma e a própria vereadora Karen solicite, Ver. Felipe Camozzato, ao The Intercept que corrija a matéria. Eu entrei no Twitter e pedi que corrijam, para não apagar a história. Só isso.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Já foi solicitado, vereador.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Só para fazer esclarecimento. E eu encerro aqui, para não ocupar espaço da pauta, Presidente Márcio Bins Ely, chamando atenção, pois temos, em 2ª sessão de Pauta – e o sempre Ver. Tessaro hoje está aqui na galeria nos acompanhando, trabalhando na liderança do governo –, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, projeto de autoria do colega Tessaro, que o Executivo envia para cá. É um projeto importantíssimo. Parabenizo o colega Tessaro pela instituição do Fundo Municipal de Habitação no ano de 2009. Está na Pauta, a pedido inclusive das comunidades da Rua da Represa e várias comunidades que precisam de habitação de baixa renda, nós precisamos tratar deste projeto que está em 2ª sessão da Pauta e terá a nossa participação da bancada do PSDB de uma forma muito proativa e favorável, líder Idenir Cecchim. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Karen Santos (PSOL): Exatamente, para esclarecer, visto que há um memorial dentro do *site* da Câmara de Vereadores de Porto Alegre com todos os vereadores que compuseram as diversas legislaturas, não só aqueles que entraram eleitos, mas dos suplentes também. Então essa memória foi reivindicada pelo nosso mandato em 2019, antes mesmo do processo eleitoral. As ratificações com relação a essa matéria nós já pedimos, e acredito que são instrumentos do governo usar o racismo e essa situação toda, para tirar o foco do debate do transporte, das fraudes que existem no sistema. Eu falei sobre isso agora, há cinco minutos no grupo de vereadores, eles já

sabiam disso, então o Ver. Moisés utiliza de novo a tribuna para buscar de novo um tema que já foi superado. Então vamos parar de utilizar os problemas das candidaturas negras para tirar o foco do que é central para nossa cidade. Vamos debater transporte, vamos debater política pública para o nosso povo. Deixem de ser oportunistas. Era isso. Muito obrigada.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Presidente, não aceito censura no que eu falo na tribuna. Eu expliquei que justifiquei às pessoas que me perguntaram pelo WhatsApp o porquê da discussão. Não aceito de nenhum colega porque não faço isso com colega nenhum. Eu respeito a liberdade dos colegas subirem ali e defenderem as suas ideias. Não aceito censura de ninguém.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, nesta sessão extraordinária, percebi que foi anunciado Pauta também. Após a liderança é Pauta Especial ou Pauta normal?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Na sessão extraordinária não corre Pauta Especial. Estamos em sessão extraordinária para correr a Pauta.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nós combinamos, no colégio de líderes, que seria uma reunião conjunta, não se tratava de ser pauta normal ou especial.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Nós vamos correr duas sessões para correr a Pauta para os projetos poderem entrar na reunião conjunta. Tem pelo menos três ou quatro projetos na Pauta que não poderão entrar na reunião conjunta se não correr Pauta. Falamos na reunião de líderes, vereador.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Mas tem uma contradição com relação ao projeto da Carris, que não estava acordado que rodaria duas pautas hoje; rodaria uma pauta e a segunda pauta, na segunda-feira. Parece-me que está entrando Pauta normal e um dos projetos é essa questão da Carris, e é claro tem aí um tempo exíguo...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, foi dado acordo por todos os líderes que nós íamos correr duas sessões hoje. Se tem alguma discordância de algum projeto específico, não poderia ter dado acordo.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Só registro aqui que eu não tinha entendido isso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Fica o registro. A Pauta, quando passa, passa o que estiver nela.

O Ver. Pablo Melo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Senhor presidente, senhoras vereadoras, senhores vereadores, telespectadores, telespectadoras, aqueles que nos acompanham em todas as plataformas; quero fazer aqui um breve registro, vereador líder do governo, Idenir Cecchim, de uma prestação de contas do nosso mandato, pois muito falamos aqui daqueles vereadores e vereadoras de oposição que são contra tudo e a favor de nada. Tem muito trabalho na cidade, Ver. Cecchim, para a gente fazer, e eu quero fazer aqui a prestação de contas, para os telespectadores e telespectadoras, do nosso mandato. Fizemos a economia de mais de R\$ 102 mil, no nosso gabinete, e devolvemos para a Câmara de Vereadores aqui; tivemos mais de 99 demandas, entre as recebidas, já em curso ou solucionadas, e com a solução já construída; temos três projetos de lei protocolados, Ver. Moisés Barbosa, são projetos que já estão encaminhados e que, em breve, virão a este plenário; temos 11 pedidos de providência também em andamento; e três frentes parlamentares e moções, além das nove relatorias que nós temos na CUTHAB e atuações diárias nos bairros e comunidades.

Como eu bem disse, anteriormente, Ver.^a Cláudia Araújo, essa é uma questão que muito se debate com muitas palavras, nessa polarização política que está na moda. A gente houve falar em negacionismo, obscurantismo, terraplanista, terraplanismo, genocídio, enfim, mas as pautas que são pertinentes à cidade não vejo os vereadores da oposição, de fato, trabalharem no dia a dia da nossa cidade. Aliás, se tiver algum problema, passa ali no meu gabinete, que têm bastantes pautas e posso encaminhar ao gabinete de vocês, pois a cidade tem pressa e nós temos muitos problemas. Vejo nessa situação colocada aqui neste plenário, nosso respeito à bancada negra, nosso respeito às primeiras negras e negros que compõem o Parlamento municipal, e nosso carinho especial – lembro, era pequeno, da Ver.^a Tereza Franco, a nossa Nega Diaba. E quero dizer que o discurso aqui, vejo a vereadora do PCdoB, que vem aqui à tribuna falar, muitas vezes, mal do governo, mas vai todo dia no DEMHAB, vai todo dia no DMAE, vai todo dia em todas secretarias da nossa cidade falar com o governo, querendo diálogo com o governo, e aqui vem criticar frontalmente o governo que tanto tem trabalhado por aqueles que mais precisam. Aliás, a mesma vereadora, que reclama tanto, diz que é a vereadora representante dos pobres, teve na sua campanha... recebeu do fundo eleitoral R\$ 88,5 mil. Então, o discurso é para pobre, mas a campanha é de rico. A própria vereadora, autointitulada a primeira negra eleita nesta Casa, também teve uma campanha milionária aqui, segundo os dados do TRE.

Portanto, o que eu quero dizer é o seguinte: está faltando, por parte da oposição, mais coerência, no sentido de que a oposição tem que ser construtiva. Nós aceitamos absolutamente todas as críticas que são necessárias, a crítica é necessária, a oposição tem que ser construtiva, e nós temos trabalhado dia após dia para fazer um bom governo. E é posição, sim, e missão da oposição fazer, frontalmente, com muito respeito, a crítica política ao nosso governo. Mas se nós formos entrar nessa questão menor, dessas diferenças ideológicas, Ver. Matheus, nós não vamos fazer o trabalho que a população de Porto Alegre mais precisa, que é trabalhar pelos negros, negras, brancos, índios e todos aqueles que mais precisam. Todos precisam do governo, mas sobretudo aqueles que mais precisam. Então não vamos entrar, peço aos vereadores e vereadoras,

nessas questões menores, isso diminui a política. Nós queremos, tanto os vereadores da situação, como da oposição, aqueles que têm compromisso com a nossa cidade, que têm a convicção que querem manter a política no seu mais alto nível, e sim, encaminhar as soluções das demandas do Lami ao Sarandi e de todas localidades que a nossa cidade tem e precisa o apoio deste Parlamento. Boa tarde, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0574/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 011/21, que altera o art. 1º e o *caput* do art. 2º; inclui os incs. I e II no art. 1º e revoga o parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar nº 362, de 28 de dezembro de 1995, que cria o Passe Livre no Sistema de Transporte Coletivo de Porto Alegre. **(SEI 118.00167/2021-87)**

PROC. Nº 0612/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 013/21, que altera o *caput* do art. 1º, o inc. V e o parágrafo único do art. 2º; inclui os incs. VI e VII no art. 2º da Lei Complementar nº 341, de 17 de janeiro de 1995. **(Atividades em regime de plantão nos órgãos municipais que especifica) (SEI 118.00188/2021-01)**

PROC. Nº 0047/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 008/21, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que obriga as escolas de ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino a realizar a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino Rio-Grandense e revoga a Lei nº 6.949, de 4 de dezembro de 1991. **(SEI 222.00014/2021-14)**

PROC. Nº 0360/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 137/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que altera a ementa, o *caput* e os §§ 1º, 2º e 3º do art. 1º da Lei nº 7.768, de 18 de janeiro de 1996, e alterações posteriores, incluindo os veículos conduzidos por pessoas obesas ou que as transportem na reserva de, no mínimo, 2% (dois por cento) do total de vagas de estacionamento em locais de uso público ou privado. **(SEI 024.00040/2020-90)**

PROC. Nº 0383/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 149/21, de autoria das Ver^{as} Cláudia Araújo, Fernanda Barth, Mônica Leal, Comandante Nádia e Bruna

Rodrigues e dos Vers. Alexandre Bobadra, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Claudio Janta e Hamilton Sossmeier, que suspende os prazos de validade dos concursos públicos municipais homologados, a contar da data de publicação do Decreto nº 20.534, de 31 de março de 2020, até o encerramento da vigência do decreto que estabelece estado de calamidade pública no Município de Porto Alegre em decorrência da pandemia causada pelo novo Coronavírus (Covid-19). (SEI 161.00030/2021-89)

PROC. Nº 0404/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 158/21, de autoria da Ver^a Reginete Bispo, que dispõe sobre adaptações nos veículos do serviço de transporte público coletivo por ônibus no Município de Porto Alegre e a adequação do atendimento aos passageiros com deficiência ou mobilidade reduzida e dá outras providências. (SEI 230.00014/2021-06)

PROC. Nº 0601/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 013/21, que autoriza o Poder Executivo do Município de Porto Alegre a promover medida de desestatização da Sociedade de Economia Mista Companhia Carris Porto-Alegrense (CARRIS). (SEI 118.00184/2021-14)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver^a. Reginete Bispo está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Primeiramente, boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely; colegas vereadoras e vereadores; boa tarde público que nos acompanha. Primeiro, dizer que, antes de entrar na Pauta, nós temos um profundo, eu, particularmente, respeito pelas vereadoras e vereadores negros, que foram as exceções que estiveram nesta Casa, especialmente a Ver.^a Sonia Saraí, minha amiga, e a Ver.^a Teresa Franco, e que nós acompanhamos o trabalho de ambas, e aqui lamentar que as duas partiram, relativamente, jovens, no auge da sua potência política. Enfim, isso para dizer que racismo mata. Não é mais admissível que a gente aceite isso com naturalidade.

Quero dizer, vereador, sobre os assassinatos de jovens, homens, mulheres negras deste País, pela polícia, que há estudos do próprio governo federal, da Secretaria de Segurança Pública aqui, da ONU. Não é preciso nomear, mas se o senhor precisa de uma nomeação, posso citar o Gustavo Amaral, jovem empresário negro que foi morto, pelas costas, pela polícia, porque o seu celular foi confundido com uma arma. Eu não me inscrevi para essa pauta, não me inscrevi para tratar disso, mas não poderia deixar de dizer.

Transporte público de Porto Alegre, ele precisa ser reformulado, ele precisa ser estruturado, e nós precisamos que o Executivo apresente um projeto que atenda a mobilidade urbana e humana da nossa cidade. Um projeto que fale de todas as modalidades de transporte que a gente tem aqui, para garantir, exatamente, o transporte público barato e de qualidade, porque transporte público é um direito fundamental dos cidadãos e das cidadãs. Então nós queremos saber, sim, e esta Casa tem que discutir que

política vai ser adotada a partir dos aplicativos, a partir dos táxis, a partir dos lotações, que política vai ser adotada em relação ao transporte hidroviário, que não se discute, qual política vai ser adotada. Um debate intenso que esta cidade já teve], sobre o Metrô. Então isso é um sistema, infelizmente a gente se atém ao transporte rodoviário, aos ônibus e a gente sabe, que não é de hoje, que o poder público municipal, que o governo municipal não tem mais a gestão disso há muito tempo. E quem tem a gestão desse transporte é a ATP, que não faz prestação de contas, que ninguém sabe o custo real. Inclusive, a gente não sabe qual é o custo real da Carris. Falar é fácil que é deficitária e tal. Eu sou usuária do transporte público, e a Carris é a empresa de ônibus que está mais adequada e adaptada para atender a população de Porto Alegre, primeiro, com a regularidade das linhas de ônibus e dos horários; segundo, com ônibus novos, quase todos com ar-condicionado e com acessibilidade.

Nesse sentido, eu apresentei um projeto de lei que trata de regulamentar a nossa legislação municipal, que está bastante defasada, Lei Complementar n.º 403/97, que diz que o transporte público de Porto Alegre tem que ter 50% da sua frota com acessibilidade. Depois disso já veio uma legislação federal, veio o Estatuto das Pessoas com Deficiência, e, desde 2014, o transporte público rodoviário tem que estar 100% adaptado com acessibilidade, com elevadores hidráulicos. Então a gente está propondo um projeto que regulamenta a Lei Complementar n.º 403/97, do Município, onde já se discute tanto o transporte público, que a partir dessa discussão o transporte seja 100% acessível, tanto nos elevadores hidráulicos como nas catracas. Entrego aos meus colegas vereadores e vereadoras para fazer esse debate. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): A cidade está muito preocupada com a questão do transporte. Os rodoviários não pararam um minuto durante a pandemia, foi uma briga por EPIs. Não teve nenhum abono, não teve nenhum dono de empresa que criasse um abono para, pelo menos, dar um aval para aqueles que estavam arriscando a vida a todo momento transportando os trabalhadores desta cidade. Dois anos de salários congelados. E o prefeito aqui, ao invés de dizer: "Vamos construir a valorização dos rodoviários em Porto Alegre, a partir da Carris, vamos fortalecer a Carris pública, vamos fazer com que a Carris volte a ser o balizador da qualidade, como outrora fora"; não, ele diz que quer vender a Carris, ele diz que a Carris dá prejuízo. Mas o prefeito Melo está dentro da Carris, há, pelo menos, 16 anos, o seu partido esteve à frente da Carris, com o Fogaça, com o Fortunati e com o Marchezan, o MDB também esteve junto. Se a Carris não vai bem, a culpa é do MDB também, é óbvio. Eu não esqueço, prefeito Sebastião, que o senhor fez parte do que a Carris é hoje, o senhor fez parte, porque o senhor esteve com esses governos e agora o senhor diz: "Olha, a solução da nossa incompetência, admito que eu sou incompetente, admito que fui incompetente 16

anos, não consegui nem deixar o meu partido de fora do governo Marchezan, fui incompetente e agora só resta vender a empresa, agora a solução é vender". A solução é desmontar o transporte público, é isso que quer. Eu fico estupefato com que uma classe política antiga faz com a opinião pública. Eles não propõem novos modais, não tem essa proposta, a proposta é vender a Carris. E a empresa lá que deixou os ônibus parados, porque dizia que não tinha *diesel*, para essa, ele não propõe nada, não propõe. "Não, essa é coitadinha, vamos botar a Carris a andar com as linhas dela". A Carris salvadora, salvadora das empresas privadas! Aí foi lá e disse: "Eu garanti a passagem a R\$ 4,80". Mas eram R\$ 4,55! É claro que se joga a passagem para cima, R\$ 5,20, porque não vai conseguir; eram R\$ 4,80 que eles queriam. Agora eles querem mais. Então os empresários vão lá e pressionam, aí parece que é uma negociação para não deixar o público sem transporte. Tem que tirar as isenções. Uma vergonha o artigo da Ver.^a Nádia, no Jornal do Comércio, dizendo que alguém paga as isenções. Por favor, a sociedade tem que ser solidária. Claro que uma pessoa com deficiência não tem que pagar transporte, é claro que um idoso não tem que pagar transporte, é claro que um estudante não deveria nem pagar meio passe, deveria ser gratuito, para poder estudar, vai se construir um profissional, tem que ser subsidiado! Aí o Marchezan subsidiou, no ano passado, R\$ 39 milhões, o Melo deu R\$ 16 milhões, e a Carris é o problema; e a solução é vender a Carris. Por favor! A solução é atacar o povo, A frota da Carris foi renovada, e vai fazer o que com essa frota, vai entregar uma frota novinha para quem for comprar? Como vai ser essa venda? Nós não vamos aceitar a venda da Carris, não vamos aceitar! O povo de Porto Alegre tem que fazer um levante. Essa empresa centenária, patrimônio histórico, que faz parte da nossa história. O prefeito não é de Porto Alegre, talvez ele não tenha identidade mesmo com a Carris, com a cidade – ele não é de Porto Alegre –, talvez ele não tenha essa coisa telúrica que muita gente tem, essa coisa da raiz, pode ser por isso. Olha, eu não sou de Porto Alegre, mas eu defendo a Carris, eu sou de Catuípe, região noroeste, e eu defendo Porto Alegre, porque eu estou aqui desde 1996. Talvez seja por isso que ele não curta muito a nossa cidade, não curta muito a Carris e queira fazer isso, que é uma punhalada. Por que não falou na campanha? Na campanha não teve coragem? Tem que ter coragem de dizer o que vai fazer. Depois vem aqui, organiza a base para ter votos, etc. e tal. Eu digo que é lamentável o nível que a política em Porto Alegre está tomando com esses presentinhos do governo Melo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, novamente subo nesta tribuna virtual para debater a importância da Carris. Dentro desse contexto de precarização do nosso transporte é importante a gente considerar que hoje os vereadores que fazem a defesa da privatização não têm dimensão dos reais gastos dessa empresa. A

gente tem a informação que vem do diretor da Carris, mas todo o subsídio que é arrecadado com as multas, com a publicidade, com os recursos dos juros e das aplicações da bilhetagem antecipada, que deveriam servir para cobrir os gastos do transporte em meio à pandemia, não estão sendo utilizados, estão sendo desviado. É importante ter investigação, é importante que se leve a auditoria a sério, uma auditoria que foi contratada com recurso público, R\$ 350 mil gastos pela gestão tucana – PSDB, com voto do Ver. Moisés Maluco do Bem e dos vereadores que foram base do governo Marchezan – para que se explique para que contratar uma auditoria se ela não vai ser considerada hoje dentro dos projetos que visam amenizar a crise do transporte coletivo, senão é brincadeira com o dinheiro público e brincadeira com a função de legislar. A principal função do vereador é fiscalizar, e recursos para suprir o transporte... Para nós, não tem problema nenhum subsidiar o transporte, ele é direito, a gente tem que conseguir garantir com qualidade o acesso da população ao transporte coletivo, que hoje é privado, que hoje é pautado pela lógica do lucro; para nós, não pode ser essa a perspectiva, senão a gente sempre vai ter um transporte precário. Aí vem os aplicativos, as multinacionais, como a 99 e a Uber, e quebram o nosso sistema de transporte. A gente precisa, sim, de uma proteção, a gente precisa, sim, de uma regulamentação. O edital de licitação de 2015 foi uma tentativa de organizar o transporte da nossa cidade, e foi um fracasso, porque os vereadores da legislatura passada se negaram a fazer a discussão, fizeram base para o Marchezan, fizeram base para os mesmos projetos que o Melo agora está nos apresentando, o que é uma vergonha, porque não resolve o problema do transporte coletivo. Nós temos que ser competitivos, temos que qualificar o nosso transporte. N[os olhamos muito para a Carris, dentro desse contexto, porque, antes da gestão Fortunati-Melo, além de não dar prejuízo, ela dava lucro. Ela também foi considerada, por duas vezes, a melhor empresa de transporte do Brasil. A gente não pode negar essa memória, a gente não pode negar essa história, porque a gente está querendo resolver um problema estrutural da nossa cidade, negando tudo aquilo, desconsiderando tudo aquilo que nós temos de melhor, a nossa *expertise*, o pouco de controle público que nós temos hoje, para pensar um contraponto ao caos que está colocado hoje na nossa cidade, para ser competitivo, para conseguir uma passagem barata, Nós, da oposição, temos um pacote de projetos de lei que podem, sim, entrar para a discussão para amenizar a crise e quiçá resolver. A gente precisa ir aprofundando o debate, analisando os dados e vendo as perspectivas de cenário que se abrem a partir disso, a gente vai pensar uma medida estrutural, mas hoje isso está sendo negado. Nas três discussões que nós tivemos na CUTHAB – que é a Comissão da Câmara de Vereadores que debate todos os PLs que se referem à pauta do transporte –, neste ano, a Prefeitura de Porto Alegre não conseguiu nos responder questões básicas que justifiquem a privatização da empresa, que justifiquem o projeto que vai dificultar ao estudante acessar o meio passe estudantil, e sobre a volta das linhas, os horários dos ônibus do Rincão, dos articuladores, do Cruzeiro. Na segunda-feira, fui voltar da Câmara de Vereadores de ônibus e fiquei uma hora na parada da Câmara esperando o Cruzeiro, e o ônibus não veio, tive que chamar um aplicativo. Óbvio que vai falir o nosso sistema: o aplicativo está ali, está na mão, e o transporte simplesmente não vem,

não tem um compromisso das empresas de o ônibus estar no horário! Utilizei o aplicativo Moovit, que foi elaborado a partir de todos aqueles desvios de um funcionário da Procempa que vendeu a tecnologia para a Prefeitura. Então não está funcionando. As alternativas, do o ponto de vista de quem vive do transporte, de quem utiliza o transporte coletivo – não vão resolver. A gente precisa regulamentar a sanha do lucro das empresas hoje, que vão tirar linhas, que vão tirar cobrador, que vão tirar o que puderem tirar para manter a sua margem de lucratividade. Nós não podemos permitir, transporte não tem que dar lucro. Se tiver que dar prejuízo, nós temos que brigar para que se subsidie. É essa a perspectiva que nós defendemos. Nós temos projetos de lei que caminham nessa perspectiva, mas tem que ter coragem, não dá para permanecermos de joelhos para a Associação dos Transportadores Privados, são eles que dão as cartas hoje, eles que decidem se vai ter transporte ou se não vai ter. Isso é um absurdo, são ilegalidades, são fraudes, são irregularidades, e nós seguimos atropelando, está entrando para a 2ª sessão de Pauta o projeto da Carris, está se atropelando o processo, novamente. E quem vai pagar por isso é o povo de Porto Alegre. Era essa a minha intervenção, muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Pedro Ruas?

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Na verdade, quero informar aos colegas e particularmente para V. Exa., já que Porto Alegre está no Brasil, não podemos desconhecer a realidade nacional, que acaba de acontecer um fato importante: o senador Omar Aziz, que preside a CPI do Senado, deu voz de prisão, agora – está sendo preso –, ao Sr. Roberto Dias, ex-diretor do Ministério da Saúde, na gestão Pazuello, vinculado diretamente ao Presidente Bolsonaro. Ele está sendo preso, neste momento, por perjúrio. É uma questão que interessa a toda a Nação, e eu queria registrar. Muito obrigado, Presidente Márcio.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Pedro Ruas; fica o registro. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, venho falar de um projeto de minha autoria e que está em pauta, que inclui os obesos nas vagas em estacionamentos, aquelas vagas reservadas para cadeirantes, para grávidas. As pessoas obesas têm uma dificuldade imensa de locomoção, muitas vezes bem superior às grávidas, por um período muito longo na sua vida, até conseguirem reduzir o peso, fazerem uma bariátrica, uma série de coisas. As pessoas acham que obesidade é relaxamento, as pessoas acham que a pessoa é obesa porque quer. Nós, que já aprovamos nesta Casa alguns projetos, inclusive permitindo que as lojas disponibilizassem provadores maiores, cadeiras maiores naqueles locais com cadeiras fixas nas áreas de alimentação, apresentamos esses projetos.

Queria falar aqui novamente, repetitivamente, na questão do sistema de transportes, também dizer que esta cidade de Porto Alegre, na qual tenho orgulho de ter nascido, no Hospital Ernesto Dornelles, ter me criado no bairro São José, no Morro da Cruz, na Rua Dona Firmina, essa cidade acolhe todos que aqui chegam. Dá para contar nos dedos o prefeito de Porto Alegre que nasceu nesta cidade; os vereadores desta Casa que nasceram em Porto Alegre, em algumas legislaturas, eram a minoria. Agora, vir usar o argumento de que o prefeito não é de Porto Alegre é o desespero do desespero! Porto Alegre tem débito com o Sebastião Melo, foi vereador, foi presidente desta Casa por duas gestões, escolheu esta cidade para acolhe-lo e à sua família, constituiu a sua família, então usar isso realmente é falta de argumento.

Como também é falta de argumento hoje falar mal dos aplicativos, mas, quatro, cinco anos atrás, os aplicativos eram a salvação da pátria. Hoje, estou sem carro, eu posso pegar um aplicativo e vir da minha casa até aqui, como posso também ficar na parada, fazer uma *live*, e dizer: “Estou na parada esperando o ônibus”. Só que um aplicativo daqui até o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, agora, eu botei ali, o mais caro até o Postão da Cruzeiro está dando em torno de R\$ 16,00. Para quatro pessoas, não vale a pena pegar o ônibus. É isso que as pessoas não estão entendendo, é isso! Mudou o sistema, mudou! Antes se pegava um ônibus para ir para a Rua 24 de Outubro; agora, se pega um Grilo. Foram grandes defensores do aplicativo, quem fala aqui em intervenção no transporte, foi quem gerou tudo isso na intervenção do transporte lá em 1988, 1989; geraram tudo isso que nós estamos discutindo hoje. E aí não falam aqui quem entrou com ação na justiça, que deu seis meses para fazer uma licitação para o sistema de transporte que congrega toda a cidade. O secretário de administração está preparando pregões e licitações desde que chegou lá na Prefeitura, para começar a ocorrer na metade do segundo semestre. Não se faz uma licitação de uma coisa imensa, como é o serviço de transportes, em seis meses - não se consegue, aí faz as coisas erradas.

Então, não adianta querer ser o salvador da pátria, que muitos desses problemas foram criados por quem aqui hoje diz que é o salvador da pátria - muitos desses problemas. A Prefeitura e esta Casa, hoje em dia, não estão de quatro para nenhum sistema de transporte, pelo contrário, estão atacando a questão de frente. Quem ficou de quatro para a ATP, quem ficou de quatro para os consórcios, quem se rendeu a tudo isso foi quem fez a intervenção lá atrás. E agora as pessoas não têm a capacidade de defender a intervenção no sistema de transporte, e já se comprovou que isso não é bom para a cidade de Porto Alegre.

Então eu quero reafirmar o nosso projeto para que os obesos possam ter esse direito de estacionar nas áreas reservadas para as pessoas especiais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde, Presidente. Eu gostaria de falar sobre a pauta do transporte mais uma vez, mas antes, eu quero fazer um comentário porque eu fiquei preocupado com a intervenção do Ver. Pablo Melo. É a segunda vez que ele faz uma intervenção nesse tom, aqui no Plenário, se dirigindo aos vereadores da oposição, como se nós não pudéssemos ser oposição e dialogar com a Prefeitura, inclusive está aqui a equipe da secretaria de articulação, o secretário Cassio Trogildo, o Djedah, a gente dialoga bastante, liga, conversa, discute, apresenta as demandas que são importantes para a cidade. Hoje inclusive nós tivemos uma demanda que foi atendida, depois de bastante pressão, no Condomínio Princesa Isabel, uma árvore que estava ameaçando a estrutura do condomínio, e foi podada pela secretaria, um debate que nós fizemos. Eu não compreendo o tom dessa fala. Eu acho que, se é governo, deve ser governo, se é oposição, é oposição; a gente apresenta nossas ideias, debate, discute, conversa, crítica quando é necessário.

No caso do transporte, a nossa opinião é que o projeto que o Melo está apresentando é ruim como um todo, e eu digo isso porque, na verdade, essas propostas do Melo para o transporte público marcam uma adesão direta da Prefeitura a um projeto ultraliberal, porque retira direitos históricos de uma vez só, atacando diretamente isenções de estudantes, de idosos, o passe livre que existe desde 1995 na cidade de Porto Alegre, e privatiza a Carris. Sobre o tema das intenções, eu faço questão de citar aqui a contribuição do movimento de estudantes que vai ser diretamente afetado por essa pauta. O a frente coletivo de juventude aqui de Porto Alegre e de todo o Brasil divulgou um estudo muito importante, mostrando o impacto no orçamento das famílias, sobre a questão das isenções: uma família, com três filhos estudantes, neste momento, de acordo com a contribuição da fonte, fazia um gasto mensal de R\$ 257,00 por mês para garantir a ida e a volta desses jovens no colégio. Agora sem as isenções, esse gasto vai passar para R\$ 576,00 – num momento em que se ampliam o desemprego e a informalidade no mercado de trabalho. Se os vereadores não sabem, é importante saber que um trabalhador com carteira assinada na cidade de Porto Alegre, de acordo com o IBGE, tem um rendimento médio de 4,1 salários-mínimos. O trabalhador informal é lá embaixo, gente, a média é muito menor, muito menor! E eles vão ser diretamente atingidos por essa medida, que vai atacar um direito dos estudantes. Mas não vai acontecer sem resistência. Eu não tenho dúvida que o movimento de estudantes da cidade de Porto Alegre vai vir aqui dialogar com a Câmara de Vereadores, vai protestar, vai colocar sua opinião para defender um direito histórico, não tenho dúvidas.

Com relação à Carris, é uma lástima. Chega a ser desrespeitoso a Prefeitura apresentar um projeto que na sua justificativa não tem, praticamente, nenhum número, não convence ninguém, não se preocupa em convencer a população de Porto Alegre, não apresenta um estudo, não diz qual é a correlação entre a Carris e o sistema de transporte privado, os consórcios privados, desde o ponto de vista daquilo que eles devem para cidade de Porto Alegre. Estão aqui os trabalhadores da Carris, apresentaram um dossiê que é nítido, só em dívidas os consórcios privados estão devendo mais de R\$ 60 milhões para os cofres públicos de Porto Alegre – isso é um absurdo –, numa licitação que não teve vários dos seus pontos cumpridos. E aí sem fazer nenhum debate

mais aprofundado, o prefeito vai lá e apresenta um projeto para destruir uma empresa que tem 149 anos de história! De fato, marca essa transição radical do Melo para o ultraliberalismo. O prefeito deveria ter um pouco mais de cuidado, porque ele está mexendo com questões estruturais da cidade de Porto Alegre, não deveria se tomar por uma onda, por uma modinha que nesse momento ainda domina o campo político no Brasil, mas que nós estamos vendo dia após dia ser cada vez mais criticada. O impacto dessas políticas reformistas, nesse momento, é extremamente negativo. Olha o que o Bolsonaro está fazendo com a pressão das ruas, resolveu dar uma resposta para o mercado financeiro e botar para vender os Correios. Os países que servem de modelo para os liberais têm empresas públicas de Correio, mas o Brasil não pode ter. É uma lógica de colônia interna. Esse discurso não vai durar muito tempo, nós não temos dúvidas disso. É um crime com a cidade de Porto Alegre entregar o nosso patrimônio de mão beijada e atacar direito da população trabalhadora, dos estudantes e dos idosos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Encerrada a discussão de Pauta. Solicito ao nosso diretor legislativo que faça a chamada para ingressarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, trinta Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam à chamada nominal da Ordem do Dia.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 18h10min: Há quórum. Passamos à

ORDEM DO DIA

Suspendo os trabalhos da presente sessão, para a realização da reunião conjunta das comissões, conforme acordado na semana passada pelo colégio de líderes.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, é só para trazer uma informação aqui para os vereadores, enfim, os demais partidos. Lá na CPI o Assis manda prender ex-diretor da Saúde, sobre acusação de mentir na CPI. É só para dar a informação para vocês, que estão mandando prender lá em Brasília.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Jonas, que reitera informação já fornecida pelo Ver. Pedro Ruas. Está registrado.

(Suspendem-se os trabalhos às 18h11min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 19h07min: Estão reabertos os trabalhos. Nada mais a tratar, estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 19h08min.)

* * * * *